



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS DA UFC/SOBRAL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ GABRIEL DE ARAÚJO NASCIMENTO

**MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE PADRÃO DE VIDA E EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE PARA OS MEIOS URBANO E RURAL NO BRASIL**

SOBRAL

2024

JOSÉ GABRIEL DE ARAÚJO NASCIMENTO

MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE PADRÃO DE VIDA E DE EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE PARA OS MEIOS URBANO E RURAL NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Ceará,
Campus Sobral, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof.^a Dra. Lilian Lopes Ribeiro.

SOBRAL

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N195m Nascimento, José Gabriel de Araújo.
MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE PADRÃO DE VIDA E EDUCAÇÃO : UMA ANÁLISE
PARA OS MEIOS URBANO E RURAL NO BRASIL / José Gabriel de Araújo Nascimento. – 2024.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,
Curso de Ciências Econômicas, Sobral, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Lilian Lopes Ribeiro..

1. Mobilidade Intergeracional. 2. Padrão de Vida. 3. Educação. 4. Rural e Urbano. I. Título.
CDD 330

JOSE GABRIEL DE ARAÚJO NASCIMENTO

MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE PADRÃO DE VIDA E DE EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE PARA OS MEIOS URBANO E RURAL NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Ceará,
Campus Sobral, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Lilian Lopes Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edward Martins Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Francisca Zilania Mariano Sousa
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ter me apoiado durante toda essa jornada acadêmica. Agradeço à minha mãe, Maria do Remédio, meu pai José Oliveira, e minha irmã Antônia Jamille.

À Profa. Dra. Lilian Lopes Ribeiro, pela oportunidade de ter sido seu orientando de trabalho de conclusão de curso e aluno. Obrigado pelo apoio, competência e dedicação como orientadora.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Edward Martins Costa e Prof.^a Dra. Francisca Zilania Mariano Sousa. Pela disponibilidade e o aceite em participar da banca e contribuir com esse trabalho. E também, adicionalmente, à Prof.^a Dra. Francisca Zilania pelo profissionalismo e pela oportunidade de ter sido seu aluno de Econometria I e Álgebra Linear.

Ao Programa de Iniciação à Docência, Programa de Iniciação Acadêmica e ao Programa PIBIC pela oportunidade de colocar meus conhecimentos em prática contribuir com meu desenvolvimento enquanto acadêmico durante o curso, e também pelo apoio financeiro desses programas.

Ao grupo de pesquisa Laboratório de Desenvolvimento Rural (LDR), por ter me proporcionado uma oportunidade impar de desenvolver meus conhecimentos em R, e especialmente ao Prof. Dr. Fernando Mayorga pelo convite e o empenho em coordenar esse grupo de pesquisa, além do incrível trabalho como professor.

Aos meus amigos de longa data de Viçosa do Ceará, Matheus Rodrigues, Elielton Santos, Diego Tavares, Felipe Akira, e mais recente, Semy Xavier. Por me ajudarem a me desenvolver como pessoa e terem me acompanhado por tanto tempo.

Ao grupo carinhosamente intitulado Cornos do Uno que me agregou e tornou minha vida acadêmica mais divertida, Amanda Freitas, Antônia Beatriz, Francisco Luan, José Giliarde, Lucas Pinheiro, Tiago Mulato, William Caetano e Ana Vitória.

Aos meus amigos da graduação em Ciências Econômicas, Jessica Teixeira, Évila Aparecida, Clara Émilly, Lídia Alice, Kamila Cunha, João Fernandes, Marcos Aurélio, Débora Alves, Iana Mendes e Vitor Sousa e Tales Rian. Por me apoiarem durante a graduação.

Ao meu atual grupo de RPG, e entretenimento periódico dos sábados, Elder Furtado, Victor Linhares e Murilo Fisher.

No pouco espaço para ressaltar a importância de cada um que fez parte desse meu trajeto, espero que se sintam contemplados e saibam que são pessoas especiais para mim, bem além do que posso expressar em palavras

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as relações entre a mobilidade intergeracional do padrão de vida e a mobilidade intergeracional educacional no Brasil, discriminando para os contextos rural e urbano, a partir de variáveis socioeconômicas e intergeracionais extraídas da *World Values Survey* para o ano de 2018. Para isso, foi realizada uma análise da estatística descritiva, e a estimação de um modelo econométrico *Logit* ordenado, seguido por seus efeitos marginais. A partir dos resultados, constatou-se inicialmente que a mobilidade absoluta ascendente, foi superior nas zonas rurais, e ainda, que a maioria dos indivíduos da amostra rural conseguiu melhorar suas condições de vida, mesmo quando mantiveram ou pioraram o nível educacional em relação ao pai ou mãe. Nas zonas urbanas, superar a educação materna ou paterna foi positivo para melhorar as chances de o indivíduo ter um melhor padrão de vida, e reduzir as chances de um pior ou igual padrão de vida em relação aos pais, já nas zonas rurais as variáveis de educação paterna não foram significantes e as de educação materna foram contraditórias. Residir na região Sul, também apresentou de maneira consistente efeitos positivos na mobilidade intergeracional do padrão de vida tanto no meio rural quanto no urbano. Por fim, este estudo sugere que incorporar dados de migração urbano-rural pode auxiliar a entender a mobilidade intergeracional do padrão de vida e educacional, além dos efeitos provocados por políticas educacionais no meio rural.

Palavras-chave: Mobilidade Intergeracional; Padrão de Vida; Educação; Rural e Urbano.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationships between intergenerational mobility in the standard of living and intergenerational educational mobility in Brazil, discriminating between rural and urban contexts, based on socioeconomic and intergenerational variables extracted from the World Values Survey for the year 2018. For this purpose, an analysis of descriptive statistics was performed, and the estimation of an ordered Logit econometric model, followed by its marginal effects. From the results, it was initially found that absolute upward mobility was higher in rural areas, and also that most individuals in the rural sample managed to improve their living conditions, even when they maintained or worsened their educational level in relation to their father or mother. In urban areas, surpassing maternal or paternal education was positive in improving the chances of the individual having a better standard of living, and reducing the chances of a worse or equal standard of living in relation to their parents, while in rural areas the paternal education variables were not significant and those of maternal education were contradictory. Residing in the South region also consistently showed positive effects on intergenerational mobility in both rural and urban living standards. Finally, this study suggests that incorporating urban-rural migration data can help understand intergenerational mobility in living and educational standards, as well as the effects of educational policies in rural areas.

Keywords: Intergenerational Mobility; Standard of Living; Education; Rural and Urban.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das variáveis do modelo <i>Logit</i>	23
Tabela 2 – Características das variáveis intergeracionais	27
Tabela 3 – Características socioeconômicas dos indivíduos	28
Tabela 4 – Variáveis explicativas por mobilidade intergeracional do padrão de vida	30
Tabela 5 – Nível de padrão de vida por mobilidade intergeracional de ocupação e educação	32
Tabela 6 – Resultado da estimação do <i>Logit</i> ordenado	34
Tabela 7 – Efeitos marginais a partir do modelo completo	37
Tabela 8 – Estimação do modelo por Mínimos Quadrados Ordinários Robusto	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	12
2.1	Mobilidade intergeracional absoluta e relativa	12
2.2	Mobilidade de renda	12
2.3	Mobilidade educacional	15
2.4	Mobilidade ocupacional	17
2.5	Considerações finais	20
3	METODOLOGIA	22
3.1	Dados e variáveis utilizadas	22
3.2	Especificação do modelo	24
4	RESULTADOS	26
4.1	Estatísticas descritivas	26
4.2	Resultados do modelo econométrico	33
5	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O estudo de como as diferenças de *status* socioeconômicos persistem ao longo do tempo é uma questão de grande interesse para a compreensão das desigualdades econômicas, pois determina como o padrão de vida evolui ao longo das gerações (Nybom, 2018). Ainda segundo o autor, um baixo grau de mobilidade social pode ser tanto consequência como causa de uma alta desigualdade. Portanto avaliar seus determinantes é essencial para a definição de políticas adequadas à promoção da mobilidade, a fim de quebrar os ciclos de desvantagens que afetam aqueles com *backgrounds* familiares mais desfavoráveis.

Investigar o grau de mobilidade é importante, pois, uma baixa mobilidade pode levar a uma alocação ruim de recursos e perda de potencial humano (Van Der Weide *et al.* 2021). Isso gera um cenário de desigualdade de oportunidades em que indivíduos talentosos e desfavorecidos não são capazes de ascender socialmente. Não só isso, como também os impactos da desigualdade de renda são ainda mais intensos no crescimento econômico tão menor seja a mobilidade intergeracional (Aiyar e Ebeke, 2020). Portanto, para além de uma questão de justiça social, é também importante do ponto de vista econômico, visto que acréscimos na mobilidade social estão, de maneira consistente, associados ao crescimento econômico e desenvolvimento na América Latina (Neidhöfer, 2023).

Contudo, Pastore e Carvalho (2000) avaliam que no Brasil predomina um cenário de alta mobilidade acompanhada de uma elevada desigualdade, isso reflete do fato de que a mobilidade ascendente é curta, ou seja, muitos indivíduos aumentam seus *status* econômicos em pequena escala, enquanto poucos conseguem migrar da base para o topo da pirâmide socioeconômica.

Segundo o relatório da OCDE (2023) o acesso à educação de qualidade é um fator determinante na mobilidade social ascendente. Contudo, o Brasil tem apresentado um índice particularmente baixo de mobilidade social comparado a outros países membros da OCDE, ocupando a 5^o posição entre aqueles com menor mobilidade. Além disso, ainda de acordo com o relatório, a pandemia do COVID-19 gerou uma lacuna ainda maior na desigualdade do acesso à educação básica de qualidade, principalmente em função das desigualdades de recursos e capacidades dos pais em oferecer suporte, como acompanhamento escolar, ambientes de estudo adequado, dentre outros.

Além disso, as disparidades estruturais entre os contextos urbano e rural no Brasil, podem resultar em diferenças significativas de oportunidades e mobilidade social. As áreas rurais enfrentam desafios específicos, como menor acesso a serviços básicos de saúde,

apontado por Travassos e Viacava (2016). No campo educacional, a Pacheco, Pereira Júnior e Oliveira (2018) evidencia que as escolas rurais apresentam condições precárias de infraestrutura, como falta de acesso à internet, ausência de banheiros adequados e instalações insuficientes, o que compromete a qualidade do ensino. Além disso, Ramos et al. (2019) ressaltam que a maioria das escolas rurais é de pequeno porte e enfrenta dificuldades relacionadas à disponibilidade de água potável, energia elétrica e saneamento básico, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Um determinante a respeito do tema é que maior parte dos estudos sobre mobilidade de renda, ocupação ou educação ainda se concentram nas bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 1996 e o suplemento de mobilidade social de 2014, a exemplo tem-se os trabalhos de Andrade e Cruz (2023), Araújo, Júnior e Siqueira (2023) e Araújo, Junior e Silva (2023) entre os mais recentes. Por sua vez, a sétima onda da *World Values Survey* fornece informações mais atuais para o Brasil, referentes ao ano de 2018.

Marques (2023) realizou um estudo sobre a relação entre o padrão de vida intergeracional com a mobilidade intergeracional de ocupação e educação para todo o Brasil utilizando esses dados fornecidos pela WVS. Dados esse trabalho, buscou-se por meio desta monografia diferenciar entre os meios rural e urbano.

Desse modo, este TCC contribui com o tema ao utilizar uma base de dados relativamente mais recente para analisar a relação entre a mobilidade intergeracional de educação e do padrão de vida, considerando também tanto o nível educacional do pai, quanto da mãe. Também inova principalmente ao desagregar a mobilidade nos contextos urbano e rural, identificando os diferentes padrões observados em cada um.

Dado o exposto, esse artigo tem como objetivo analisar a mobilidade intergeracional do padrão de vida e da educação no Brasil entre as zonas urbanas e rurais do país, a partir de dados da *World Values Survey* para o ano de 2018. Para tanto, utilizou-se o software *RStudio* a fim de estimar um modelo *Logit* cumulativo e interpretar os resultados dos efeitos marginais.

Além desta introdução, esta dissertação está estruturada em mais quatro seções. A sessão seguinte aborda uma revisão sobre mobilidade de renda, educação e ocupação e seus determinantes. A terceira seção apresenta a metodologia do trabalho, incluindo a base de dados, as variáveis e o modelo utilizado. Na quarta seção são discutidos os resultados do estudo e na quinta tem-se as considerações finais e recomendações.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A mobilidade intergeracional, conforme discutido por Gayle, Golan e Soyta (2018), refere-se à transição nos resultados socioeconômicos de uma geração para a seguinte e pode ser analisada sob diversas perspectivas. Oloomi (2020, *apud* Gottfried, 1985; Hauser, 1994; Mueller e Parcel, 1981) ressalta que os três indicadores fundamentais do *status* socioeconômico são a renda, escolaridade e ocupação dos pais, assim a mobilidade pode ser avaliada sob a ótica de cada um desses resultados que possuem sua própria transmissão. Por conseguinte, a sessão a seguir reúne as contribuições teóricas para as mobilidades ocupacional, educacional e de renda entre as gerações.

2.1 Mobilidade intergeracional absoluta e relativa

A princípio, é crucial estabelecer uma distinção entre mobilidade intergeracional absoluta e relativa. Nesse sentido, enquanto a mobilidade absoluta mensura a taxa da população que experimenta movimento de estrato socioeconômico em relação aos seus pais, por outro lado, a mobilidade relativa diz respeito ao grau de independência entre os resultados socioeconômicos dos filhos e dos pais (Van der Weid *et al.*, 2021). Adicionalmente, segundo Heath *et al.* (2019 *apud* Heath, 1981), essas taxas se comportam de maneira diferente ao longo do tempo e dos países, portanto não seguem necessariamente uma única tendência. Dessa forma, pode ser necessário utilizar ambas as medidas para obter uma visão mais sólida das tendências observadas.

Além do que, quando se considera as mobilidades crescente e decrescente, que dizem respeito ao fato de o movimento ser para cima, ou seja, uma melhora de posição, ou para baixo, uma redução da posição entre classes, Andrade e Cruz (2023) discriminam que, enquanto dentro do escopo sociológico a mobilidade avalia tanto os movimentos ascendentes quanto descendentes, por outro lado, os economistas costumam considerar apenas os movimentos ascendentes. Assim, cabe cautela ao comparar estudos com abordagens diferentes, se sociológica ou econômica.

2.2 Mobilidade de renda

Liao (2019) define a mobilidade intergeracional de renda, como a associação entre o rendimento de filhos/filhas com o de seus pais, e destaca que a alta mobilidade está

relacionada à igualdade de oportunidades. Corroborando Liao (2019), Guimarães *et al.* (2020 *apud* Pero e Szerman, 2008) argumentam que a transmissão intergeracional de renda é uma mantenedora em potencial da desigualdade e apontam que cerca de dois terços da desigualdade de oportunidades no Brasil é proveniente dessa dinâmica. Assim sendo, assume-se que é de extremo valor da perspectiva da justiça social analisar o comportamento da mesma.

De mesmo modo, a educação parece se comportar de maneira similar em relação à desigualdade, com isso advindo principalmente de sua estreita relação com a renda, Cruz (2019) por exemplo, pontua que a mobilidade de rendimentos está profundamente ligada à educação nas teorias de capital humano para explicar as variações na renda. E nesse sentido, a educação no contexto nacional teria potencial de ser tanto uma perpetradora de desigualdades, quanto uma propiciadora de igualdade da renda. Adicionalmente, fatores como o capital social, cultural e características pessoais, bem como os determinantes políticos e sociais foram identificados como relevantes para a mobilidade de renda.

Leite e Justo (2020) atribuem a alta correlação entre a desigualdade e educação no Brasil às grandes disparidades de nível educacional no mercado de trabalho e aos elevados retornos da educação. Podemos presumir a partir disso que, ampliar o acesso à educação de qualidade poderia promover maior igualdade de oportunidades ao passo que elevaria a mobilidade de rendimentos.

Haja vista essa relação, conforme Becker (2018) explica em seu modelo, que o rendimento dos pais se relaciona ao dos filhos por intermédio dos investimentos realizados em capital humano pelos pais, que na sequência são transformados em renda por meio dos mecanismos de mercado. Estes mecanismos, como ressalta Becker, estão fora do controle parental, porém, são levados em consideração pelos pais. Logo, a capacidade de investir em capital humano, e por conseguinte em educação, estaria diretamente ligada à reprodução do nível de renda como já observado na literatura, enquanto os retornos da educação, ou seja, o prêmio oferecido pelo mercado, mediará o impacto preciso entre essas variáveis.

Em consonância, Liao (2019 *apud* Li Lixing e Zhou Guiangsu, 2014) ressalta que as despesas públicas em capital humano poderiam complementar o investimento privado das famílias melhorando a mobilidade intergeracional da educação. Esse resultado, dado a teoria do capital humano, possivelmente ampliaria a renda auferida considerando a relação estreita entre as duas medidas, muito embora a relação precisa entre elas seja determinada pelos retornos da educação que o mercado oferece (Nybom, 2018).

Destarte, Leite e Justo (2020 *apud* Ferreira e Veloso, 2006) sublinham que a mobilidade intergeracional de rendimentos no Brasil é baixa e há uma alta relação desses

resultados com as limitações de acesso ao crédito. Esse fator tende a afetar principalmente as famílias de baixa renda, que têm maior dificuldade para acessar esse mercado. Segundo aponta Becker (2018 *apud* Becker e Tomes 1979, 1986; Loury, 1981; Solon, 2004) essas restrições são uma explicação plausível para a baixa mobilidade entre as famílias pobres. Assim, corroborando a persistência de renda, de acordo com o exposto acima.

Dado o exposto, verifica-se que, segundo Andrade (2023), resultados para o Brasil obtidos por meio de dados da PNAD de 1986 e 2014 indicam que houve um aumento positivo da mobilidade em relação a estimativas para 1986. No entanto, de acordo com o autor a desigualdade de renda no contexto brasileiro age como um obstáculo ao crescimento econômico. Além disso, observou-se também diferenças preocupantes quanto à raça ao considerar brancos e não brancos, de modo que, há uma mobilidade observada relativamente menor para o segundo grupo. A inclusão da renda da mãe na análise também se mostrou significativa, apesar de que o efeito da renda do pai foi superior nos resultados. Essas constatações sublinham a necessidade de políticas direcionadas à redução das desigualdades e promoção da mobilidade social, com uma atenção particular para grupos historicamente menos favorecidos.

Por sua vez, Britto *et al.* (2022) também analisou a mobilidade de renda para o Brasil com base nos dados fornecidos pela Receita Federal Brasileira para os anos de 2006 a 2020. Seus resultados revelam que em relação a estimativas para países desenvolvidos, o Brasil apresenta uma mobilidade significativamente inferior. A pesquisa também destacou disparidades relevantes entre áreas geográficas, gêneros e grupos raciais, delineando um claro contexto de desigualdades. Todavia, quando controladas as características parentais, as diferenças raciais foram significativamente reduzidas. Essas conclusões reforçam novamente a atenção para os grupos mais desfavorecidos, além de salientar a posição do Brasil enquanto um país com elevada desigualdade no cenário global.

Já Cruz (2019), estima três indicadores para a mobilidade de renda por meio de dados da PNAD 1986 e 2014 e salienta em seus resultados que a evolução desses indicadores atesta a ideia de uma queda na desigualdade de rendimentos do trabalho. No entanto, observa-se que os filhos continuaram a manter a posição relativa dos pais na distribuição. Ademais, mesmo considerando o efeito da educação na transmissão intergeracional, a renda dos pais manteve-se importante para explicar essa dinâmica.

Adicionalmente, Guimarães *et al.* (2020) com dados da PNAD 2014, concluiu que a educação exerce um efeito de mediação entre a renda dos pais e renda dos filhos, ou seja, parte da transmissão ocorre por meio da educação. Assim sendo, podemos presumir que a

educação é indispensável para avaliar a mobilidade de rendimentos, no entanto, só explica uma parcela dessa transmissão.

2.3 Mobilidade educacional

Inicialmente, a avaliação da mudança de posição social através do nível educacional é, segundo destacam Van der Weide *et al.* (2021 *apud* Nybun e Stuhler, 2016) favorecida pela ampla disponibilidade de dados educacionais assim como pela sua estabilidade, visto que, é pouco provável que o grau de educação mude a partir de certo ponto. No entanto, ainda segundo os autores, é importante reconhecer que essa abordagem pode não abranger completamente distorções no mercado de trabalho e os impactos do contexto socioeconômico no acesso a oportunidades. Ou seja, embora os estudos que tratam da mobilidade educacional sejam amplos, deve-se observar que há limitações ao que pode ser captado.

Ademais, segundo Gayle, Golan e Soyta (2018) a correlação intergeracional na educação é um fenômeno complexo, influenciado por diversos mecanismos subjacentes, e assim sendo, há dificuldade em se estabelecer efeitos causais. Posto que, não é apenas um reflexo de fatores econômicos, como o impacto do nível de renda dos pais na educação dos filhos, mas também está intrinsecamente ligado à transmissão de habilidades e ao tempo despendido no cuidado parental, que promove o desenvolvimento do capital humano.

No que tange ao papel familiar e as decisões educacionais tomadas pelos pais, Azomahou e Yitbarek (2021 *apud* Becker e Tomes, 1979) reforçam que essas escolhas são determinadas através de uma combinação entre as preferências dos pais e as restrições de crédito, analogamente ao observado por Leite e Justo (2020 *apud* Ferreira e Veloso, 2006) quanto à educação. Logo, os pais com maior nível educacional, e com frequência, também maiores níveis de renda, investem mais na educação dos filhos, além de proporcionar um melhor ambiente para desenvolvimento infantil. Isso implica que, menores níveis educacionais associados a dificuldades de acessar o mercado de crédito podem explicar a persistência educacional entre a população pobre.

Outra abordagem no que diz respeito aos determinantes da educação parental é exposta por Mahlmeister *et al.* (2018), segundo o qual, ressaltam que a relação entre a educação de pais e filhos pode ser analisada sob duas perspectivas distintas. Por um lado, existem os efeitos indiretos, que se referem às condições resultantes do nível de escolaridade dos pais e que impactam na educação dos filhos, como por exemplo, a influência na renda familiar. Por outro lado, há os efeitos diretos, que expressam a relação causal na educação

entre pais e filhos, decorrentes de fatores não observáveis, como o ambiente familiar. Partindo do proposto, é preciso considerar que parte da transmissão de educação entre pais e filhos está associada a fatores não mensuráveis, o que reforça a complexidade já proposta dos mecanismos de transmissão intergeracional.

Em consonância, Araújo, Júnior e Siqueira (2023 *apud* Galor e Zeira, 1993; Galor e Tsiddon, 1997) identificam que com respeito às decisões de investimento em capital humano existem dois efeitos singulares a se considerar: o efeito local do *background* familiar e um efeito externo, associado a localização e a conjuntura econômica. Com efeito, o autor delimita que fatores geográficos podem provocar diferentes padrões de mobilidade, nesse tocante, discriminar os efeitos de localização torna-se essencial, principalmente quando as unidades espaciais têm características muito heterogêneas.

Por sua vez, Becker (2018) propõe um modelo em que a transmissão intergeracional do capital humano tem base no investimento dos pais no capital humano dos filhos e as complementaridades associadas ao nível de escolaridade dos pais, sendo a segunda referente aos acréscimos em capital humano que os filhos obtêm em decorrência do ambiente doméstico, proporcionado pelo nível de ensino dos pais, como a formação de habilidades. Tem-se assim, um modelo em que as escolhas de investimento dos pais são o principal mecanismo de transmissão educacional, porém, os efeitos diretos assumidos anteriormente também são incluídos.

Evidências de efeitos do ambiente doméstico são enunciadas por Gayle, Golan e Soyta (2018), cujo qual, utilizando dados do *Panel Study of Income Dynamics* (PSID) com dados de indivíduos entre 1968 a 1997 conclui que há relação causal tanto da educação dos pais na dos filhos, como no tempo dos pais e das mães dedicado aos cuidados parentais nos primeiros 5 anos da infância no sentido de promover melhores resultados educativos. Enfim, sugere-se considerar o efeito de políticas públicas no tempo dos pais com os filhos, haja vista o seu papel na mobilidade. Além do que, podemos presumir que o tempo dedicado aos filhos possa relacionar-se com os efeitos indiretos propostos por Mahlmeister et al. (2018).

Adicionalmente, quanto à mobilidade educacional no cenário brasileiro, foi constatado por Garcias e Kassouf (2021), por meio de dados do *School-to-Work Transition Survey* (SWTS) para 2013, que o Brasil exibiu uma notável mobilidade intergeracional na educação, de modo que, não são observadas correlações marcantes entre a escolaridade de pais e filhos, implicando um contexto de baixa dependência entre os *status* educacionais nas gerações.

Outrossim, resultados encontrados por Araújo, Júnior e Siqueira (2023) e por Mahlmeister *et al.* (2019) para o Brasil, com base em dados da PNAD 1996 e 2014, delineiam

uma baixa mobilidade educacional nos extremos da distribuição. Além disso, um crescimento da mobilidade no Brasil entre os anos observados, caracterizado por um aumento desta nos estratos educacionais mais baixos e também por uma redução nos estratos mais altos. Essa dinâmica foi observada de maneira consistente para cada região. Além disso, ambos os trabalhos explicitaram diferenciais regionais, com a menor mobilidade situada no Nordeste. Contudo, Araújo, Júnior e Siqueira (2023) reportam que essas diferenças deixam de ser relevantes no ano de 2014, com exceção da região Nordeste. Dado o exposto, observa-se que ainda diante de uma expansão da mobilidade, certos estratos podem se comportar de maneira distinta, como é o caso dos estratos mais altos, que fortalecem seu padrão de imobilidade.

Ademais, a nível global, a relação entre a renda nacional e a mobilidade da educação parece também apresentar um padrão descrito por uma maior persistência nos extremos. Como é reportado por Van der Weide *et al.* (2021), ao destacar que os países mais pobres e os mais ricos do mundo apresentam padrões de baixa mobilidade intergeracional, no entanto, por motivos diferentes. Os autores propõem que nos países de baixo rendimento, a margem para que as gerações futuras ultrapassem as anteriores é maior, porém, o potencial de proporcionar educação de qualidade é limitada. Em contraponto, nos países mais ricos, a capacidade de investir na educação das crianças é mais substancial, porém, a margem para que elas ultrapassem o nível educacional dos pais é menor. Por fim, a relação descrita seria determinada por qual desses efeitos é mais forte.

2.4 Mobilidade ocupacional

A renda e o bem-estar estão intrinsecamente ligados à atividade no mercado de trabalho, e as ocupações escolhidas pelos indivíduos fornecem uma boa métrica para avaliar as condições tanto da família atual quanto na origem (Ribeiro, 2020). Além disso, a mobilidade ocupacional é um elemento crucial na análise das desigualdades e das condições socioeconômicas ao longo das gerações, posto que, a escolha de uma ocupação não é apenas uma decisão individual, mas um elo que conecta as gerações ao longo do tempo (Gomes, 2021). Por conseguinte, a ocupação se caracteriza como uma medida consistente para estimar a posição social de um indivíduo e os padrões de transição ao longo do tempo.

Ao considerar a estimação da mobilidade por meio da ocupação, é possível identificar vantagens significativas. Durok *et al.* (2020) ressalta que as variáveis de ocupação são mais confiáveis do que outras, como renda e educação, uma vez que, podem ser padronizadas e reconhecidas globalmente. Além disso, a mobilidade ocupacional frequentemente está

associada a uma menor estabilidade nos salários e a variações nos ganhos financeiros (Zhuo *et al.*, 2023 *apud* Bachmann *et al.*, 2020), ou seja, as pessoas que mudam de profissão estão mais propensas a ter mudanças salariais. Adicionalmente, o uso dessa abordagem é consistente tanto para o estudo de países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento (Heath, 2019).

Em contraponto, segundo Zhuo *et al.* (2023) um desafio enfrentado é a ausência de uma escala unificada de classes ocupacionais para todo o mundo. À vista disso, os pesquisadores tendem a aplicar definições próprias. Além do que, os atributos socioeconômicos de uma profissão podem variar no tempo e entre países, exigindo cautela ao realizar investigações (Nybom, 2018). Estas restrições implicam que, pode ser necessário estabelecer uma escala própria ou tomar alguma referência dentro da literatura, além de adaptá-la ao contexto do país e ao tempo presente. Com efeito, também dificulta realizar análises entre países com características ocupacionais muito distintas.

Dito isso, há de se considerar também que a escolha ocupacional é um processo complexo, influenciado por diversos fatores que se entrelaçam nas dimensões individuais e sociais. Nesse sentido, Gomes (2021) sublinha que ao se tratar dessa decisão, há influência de fatores como: formação educacional, características do mercado de trabalho e contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que interagem entre si. Além disso, o meio familiar, com os desejos e aspirações dos pais e familiares, desempenha um papel crucial nesse processo, moldando a trajetória profissional tanto do indivíduo, quanto de suas futuras gerações.

Corroborando o exposto, Durok *et al.* (2020 *apud* Tyree *et al.*, 1979) destacam que as metas profissionais das crianças geralmente se situam no mesmo grupo ocupacional dos pais. Assim, assume-se que o *background* familiar pode atuar de maneira relevante na escolha ocupacional dos filhos.

Se tratando das transferências ocupacionais, os fatores geográficos parecem influenciar na maior ou menor mobilidade observada. Nybom (2018 *apud* Chetty *et al.*, 2014) observa a influência regional na mobilidade ocupacional, indicando que ambientes com menor segregação residencial, ou seja, divisão espacial menos pronunciada da população segundo classe social, menor desigualdade de rendimentos, escolas primárias de qualidade e maior capital social podem estimular o aumento da mobilidade profissional. Com isso, colocando em evidência também o ambiente socioeconômico e as disparidades geográficas na formação das oportunidades de mobilidade ocupacional.

Ademais, Alonso-Carrera *et al.* (2018) propõem um modelo para explicar as

oscilações no rendimento das gerações por meio da riqueza herdada e do retorno da educação. Segundo o qual, a riqueza e o montante de esforço exigido nas diversas ocupações interagem e dão origem a uma diversa estratificação social. Conforme a conjectura adotada nesse modelo, valores elevados de herança desestimulam a escolha de ocupações de elevado esforço e maiores ganhos, enquanto menores heranças estimulam a escolha dessas ocupações, assim, levando a influências no rendimento auferido e também na herança da geração seguinte. Desse modo, entende-se que o montante herdado tem uma direta relação com a mobilidade ocupacional na medida em que molda as escolhas em relação ao grau de esforço e pode ser um canal plausível para explicar os movimentos ocupacionais.

Quanto a evidências encontradas, Gomes (2021) analisa a mobilidade ocupacional para o Brasil, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2019, confirmando a influência do *background* familiar, tanto na ocupação, quanto na educação. Também relata uma tendência de persistência, ou seja, há uma relativa probabilidade dos filhos se manterem na mesma classe ocupacional dos pais e no mesmo nível de instrução. Ainda segundo o autor, as chances de seguir o legado ocupacional são mais fortes para os pobres do que para os não pobres. Essas considerações levam a propor que nos estratos mais baixos de renda o *background* familiar tem um efeito perverso, posto que, condiciona a reprodução de más condições.

Já Ribeiro (2020), em um estudo realizado para o Brasil com dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996 e da PNAD de 2014, ao perscrutar os impactos do aumento da participação feminina no mercado de trabalho na mobilidade ocupacional, constatou que, a estrutura familiar em que ambos os pais trabalham está associada a uma maior persistência intergeracional em comparação a estruturas em que apenas um dos pais tem ocupação. Além disso, verifica que os efeitos das condições da família de origem na mobilidade não são iguais para homens e mulheres, brancos e negros. Dessa maneira, fica evidente que diante da maior participação feminina no mercado de trabalho, é relevante considerar as estruturas familiares em que há participação feminina no trabalho para avaliar a dinâmica da mobilidade.

Oliveira e Hoffmann (2021) apresentam uma análise da mobilidade sócio-ocupacional no Brasil a partir de matrizes de transição intergeracional utilizando a PNAD 2014, constatando que, a parcela da população que experiencia mobilidade (67%) é superior a parcela que apresenta persistência (33%). Além disso, entre os indivíduos móveis, há maior mobilidade ascendente do que descendente, ainda que a segunda não seja desprezível. Todavia, ainda segundo os autores, a maior parcela da mobilidade observada deveu-se a trocas de

postos e aposentadorias, e a menor parte devido à ascensão através da criação de novos postos, portanto, houve maior mobilidade circular em detrimento de movimentos ascendentes ou descendentes na estrutura ocupacional. Com efeito, embora tenham experienciado movimento entre ocupações, esses indivíduos mantiveram sua posição relativa.

Por outro lado, Durok *et al.* (2020) examinou a mobilidade ocupacional para países Latino-americanos, verificando que há uma elevada transmissão intergeracional da ocupação tanto para homens, quanto para mulheres. Em consonância, Garcias e Kassouf (2021) observam para o caso do Brasil, com dados de 2013, que há uma relação significativa entre as ocupações dos pais e dos filhos, de modo que, se os pais têm trabalhos bem posicionados socialmente, haverá maior probabilidade de que seus filhos também tenham empregos com elevado prestígio, assim como o inverso é verdade para os pais com ocupações de baixo prestígio. Ou seja, há considerável transferência de *status* ocupacional entre as gerações, indicando uma estrutura social de pouca mobilidade, em que os filhos reproduzem as classes de ocupação dos pais.

Por fim, é possível que programas sociais que melhorem as condições básicas familiares, voltados principalmente para a população mais vulnerável, tenham impacto na promoção de mobilidade ascendente nesse grupo, uma vez que melhoram os resultados do *background* familiar. Conforme reporta o *Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS)* e o *Oppen Social* (2023) houve relativa mobilidade social para os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda voltado para famílias em situação de pobreza, assim como uma melhoria das condições socioeconômicas e acesso ao mercado formal de trabalho. Indicando que, os resultados ocupacionais da geração seguinte foram melhores, mesmo para os que não experienciaram mobilidade.

3 METODOLOGIA

A fim de atender aos propósitos deste estudo, foi realizada a estimação de um modelo econométrico *Logit* ordenado por meio do *software RStudio*, com base em dados extraídos da *World Values Survey* para o Brasil no ano de 2018. A metodologia está dividida em duas subseções, a primeira detalha a base de dados, o recorte amostral utilizado e expõe as variáveis explicativas incluídas no modelo e a segunda discrimina o modelo econométrico utilizado.

3.1 Dados e variáveis utilizadas

Os dados utilizados foram coletados da onda 7 da WVS¹, realizada entre os anos de 2018 e 2023, sendo os dados para o Brasil referentes ao ano de 2018. A amostra inicial, contava com 1.762 observações, das quais optou-se por remover as pessoas identificadas nas categorias *nunca teve emprego* ou *proprietário de fazenda*, além de realizar a remoção dos dados faltantes. Com isso, houve uma redução da amostra para 1.062 observações, que em seguida foi particionada entre zona rural, com 132 observações, e zona urbana, com 930.

Dito isso, conforme apresentado na Tabela 1, a fim de estimar o modelo econométrico, como dependente utilizou-se uma variável categórica com três níveis, que indica como o indivíduo avalia seu padrão de vida se comparado ao de seus pais na mesma idade, podendo assumir as seguintes categorias ordenadas de maneira crescente: piorou, permaneceu e melhorou. Já para as variáveis educacionais, foram incluídas *dummies*, tanto para identificar o nível de instrução do filho, quanto para observar se o nível educacional do filho excede, permanece igual ou é inferior ao da mãe e do pai.

De acordo com Becker e Tomes (1979), a renda do filho cresce quando ele recebe mais capital humano e não humano de seus pais, além de ser influenciada por características herdadas, como raça, talento, reputação e conexões familiares, conhecimentos, competências e objetivos proporcionados pelo ambiente familiar. Desse modo, buscou-se capturar os efeitos dos níveis de educação parental e do próprio entrevistado no padrão de vida destes.

Vale ressaltar que, considerou-se os seguintes níveis educacionais, de acordo com a *International Standard Classification of Education (ISCED)*: Educação infantil ou sem

¹ A *World Values Survey (WVS)* é um programa de pesquisa, realizado a nível mundial pela *World Values Survey Association (WVSA)*, com objetivo de avaliar valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais ao longo do tempo.

educação (ISCED 0); ensino primário (ISCED 1); ensino secundário inferior (ISCED 2); ensino secundário superior (ISCED 3); educação pós-secundária não superior (ISCED 4); ensino superior de ciclo curto (ISCED 5); bacharelado ou equivalente (ISCED 6); mestrado ou equivalente (ISCED 7) e doutorado ou equivalente (ISCED 8).

Além disso, considerou-se as seguintes variáveis: *Raça*, *Idade*, *Sexo*, *Casado*, além de regiões e Número de filhos. Posto que, as variáveis idade; raça; sexo e àquelas relacionadas a regiões são classicamente apontadas na literatura como influentes na mobilidade de renda, suas inclusões no modelo são justificadas (Britto et al., 2022; Leite e Justo, 2020; Ribeiro et al., 2020), ora que, assume-se a importância da renda na determinação do padrão de vida.

Ademais, a respeito das demais variáveis, o número de filhos foi incluído afim de testar a evidência de Espenshade, Kamenske e Turchi. (1983) ao observarem que, em geral, embora a renda cresça de algum modo com o tamanho familiar, o número de filhos parece reduzir o padrão de vida da família, especialmente em famílias jovens e com filhos pequenos. Já a inclusão de uma variável *dummy* para o estado civil foi feita devido à sua relevância na literatura referente à mobilidade de renda, visto que esta tem demonstrado que o casamento influencia significativamente a mobilidade intergeracional de rendimentos. Estudos indicam que o rendimento parental está associado aos rendimentos do cônjuge dos filhos, assim como parte da associação entre o rendimento dos pais e do casal pode ser explicada pelo *marital sorting* — associação entre pessoas com estatutos econômicos semelhantes — segundo Choi et al. (2020, *apud* Lam e Schoeni, 1994; Chadwick e Solon, 2002).

Tabela 1 - Descrição das variáveis do modelo *Logit*

Variáveis	Descrição
Dependente	
Mobilidade intergeracional de padrão de vida	Multinomial: Se o padrão de vida em relação aos pais: piorou = 1; permaneceu igual = 2 ou melhorou = 3.
Explicativas	
Melhor nível educacional (mãe)	Binária: 1 se o indivíduo possui nível educacional melhor que o de sua mãe; 0 caso contrário.
Igual nível educacional (mãe)	Binária: 1 se o indivíduo possui nível educacional igual ao de sua mãe; 0 caso contrário.
Melhor nível educacional (pai)	Binária: 1 se o indivíduo possui nível educacional melhor que o de seu pai; 0 caso contrário.
Igual nível educacional (pai)	Binária: assume o valor 1 se o indivíduo possui nível educacional igual ao de sua mãe; 0 caso contrário.

Nível educacional básico	Binária: 1 para se o indivíduo possui ao menos ensino fundamental; 0 caso contrário.
Nível educacional médio	Binária: 1 para se o indivíduo possui ao menos ensino médio ou pós-secundário não-superior; 0 caso contrário.
Nível educacional superior	Binária: 1 para se o indivíduo possui ao menos ensino superior de ciclo curto; 0 caso contrário.
Sexo	Binária: 1 se o indivíduo é do sexo masculino; 0 caso contrário
Raça	Binária: 1 se o indivíduo é de cor branca; 0 caso contrário
Casado	Binária: 1 se o indivíduo é casado; 0 caso contrário
Idade	Discreta: Idade do indivíduo
Número de filhos	Discreta: Número de filhos do indivíduo
Norte	Binária: 1 se o indivíduo reside na região Norte; 0 caso contrário
Nordeste	Binária: 1 se o indivíduo reside na região Nordeste; 0 caso contrário
Sul	Binária: 1 se o indivíduo reside na região Sul; 0 caso contrário
Sudeste	Binária: 1 se o indivíduo reside na região Sudeste; 0 caso contrário
Centro-Oeste	Binária: 1 se o indivíduo reside na região Centro-Oeste; 0 caso contrário

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

Desse modo, o modelo levou em conta tanto variáveis educacionais, que são parte da investigação principal deste trabalho, quanto variáveis socioeconômicas e demográficas. Adicionalmente, as variáveis citadas foram também corrigidas no modelo econométrico de acordo com pesos amostrais fornecidos pelo questionário da WVS, a fim de ajustar as características sociodemográficas dos indivíduos para idade, sexo, região e educação.

3.2 Especificação do modelo

A fim de gerar os resultados do estudo, optou-se pelo uso de um modelo *Logit* cumulativo. Este tipo de modelo é adequado ao caso de categorias ordenadas para a variável de resposta e é capaz de produzir resultados de interpretação mais simples e de maior poder que modelos *Logit* de categoria base, Agresti (2002). Dito isso, o modelo *Logit* cumulativo assemelha-se a um modelo de regressão logística binária e pode ser expresso como:

$$\text{logit}[P(Y \leq j)] = \log \left[\frac{P(Y \leq j)}{1 - P(Y \leq j)} \right] = \beta' X, \quad j = 1, \dots, J - 1 \quad (1)$$

O modelo formulado fornece o logaritmo das chances de Y , que é a variável latente representativa da mobilidade intergeracional do padrão de vida, possuindo $j = 3$ categorias. Ademais, β é a matriz de parâmetros que descreve o efeito das variáveis explicativas da matriz X no logaritmo das chances de resposta na categoria j ou abaixo.

Além disso, a expressão do modelo para as próprias probabilidades cumulativas é dada por:

$$P(Y \leq j) = \frac{e^{\beta'X}}{1 + e^{\beta'X}} \quad (2)$$

Desse modo, é possível encontrar as probabilidades de Y assumir as categorias de $j = 1, 2, 3$ por meio de:

$$P(Y = j) = P(Y \leq j) - P(Y \leq j - 1) \quad (3)$$

Contudo, a interpretação dos resultados não é feita diretamente, é preciso calcular os efeitos marginais das variáveis predictoras para cada categoria de padrão de vida intergeracional, obtidos através de:

$$\frac{\partial P(Y = j)}{\partial x_i} = \frac{d}{d\beta'X} [P(Y = j)] \frac{d\beta'X}{dx_i}, j = 1, 2, 3 \quad (4)$$

Assim, pode-se obter o efeito marginal de cada variável explicativa na probabilidade de Y estar na categoria j , o que no modelo estimado representa as chances de o indivíduo possuir um padrão de vida intergeracional: pior; igual ou melhor que os pais.

4 RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados do estudo por meio de sete tabelas, divididas em duas subseções principais. A primeira subseção detalha os resultados da estatística descritiva, abrangendo as tabelas de 2 a 5. A segunda subseção, por sua vez, expõe os resultados do modelo econométrico, organizados nas tabelas de 6 a 8.

4.1 Estatísticas descritivas

A análise estatística sobre as variáveis intergeracionais, revela uma melhora mais acentuada no padrão de vida em áreas rurais, com um aumento de 75,00%, em comparação às áreas urbanas, onde o aumento foi de 66,67%. Nota-se também, por meio da Tabela 2, que uma proporção maior de indivíduos manteve o mesmo padrão de vida dos pais nas regiões urbanas em relação às rurais, representando 19,25% e 9,85%, respectivamente. Além disso, quanto aos indivíduos que pioraram seu padrão de vida, não houve grande diferença, com 15,15% para indivíduos da zona rural e 14,09% da urbana. Desse modo, a mobilidade intergeracional absoluta do padrão de vida, foi superior nas zonas rurais. Em consonância, Liao (2019) também observa para o caso da China uma mobilidade relativa de renda superior no âmbito rural.

Já em relação às variáveis educacionais, os resultados para as duas regiões foram bastante semelhantes. No que se refere ao nível educacional dos filhos, em comparação à educação do pai, 3,79% dos indivíduos em áreas rurais tiveram um nível educacional pior, 25,76% permaneceram no mesmo nível e 70,45% melhoraram. Nas áreas urbanas, esses percentuais foram de 2,37%, 27,42% e 70,22%, respectivamente. Referente ao nível educacional em relação às mães, 2,27% dos filhos nas áreas rurais apresentaram um nível educacional inferior ao de suas mães, enquanto 28,79% permaneceram no mesmo nível e 68,94% conseguiram melhorar. Nas áreas urbanas, 3,23% dos indivíduos tiveram um nível educacional pior que o de suas mães, 28,28% mantiveram o mesmo nível e 68,49% conseguiram um nível educacional superior.

Esses resultados se aproximam do reportado por Cruz (2019) que verifica um forte aumento da mobilidade ascendente no Brasil, de 57,09% para 68,20% entre os anos de 1996 e 2014, para uma amostra de trabalhadores do sexo masculino de 30 a 39 anos. Contudo, conforme o autor, essa elevação deveu-se a um aumento generalizado nos anos de estudos da população, o que implica que as pessoas mantiveram suas posições relativas.

Tabela 2 – Características das variáveis intergeracionais

Variáveis	Rural (%)	Urbano (%)
Padrão de Vida		
Piorou	15,15%	14,09%
Permaneceu	9,85%	19,25%
Melhorou	75,00%	66,67%
Educação Intergeracional Pai		
Piorou	3,79%	2,37%
Permaneceu	25,76%	27,42%
Melhorou	70,45%	70,22%
Educação Intergeracional Mãe		
Piorou	2,27%	3,23%
Permaneceu	28,79%	28,28%
Melhorou	68,94%	68,49%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

Por sua vez, as variáveis socioeconômicas expostas na Tabela 3 demonstram resultados bem distintos para as amostras rural e urbana. Temos que, quanto ao nível educacional do respondente, no rural, 58,33% possuíam até o ensino fundamental, 29,55% o ensino médio ou educação pós-secundária não superior, e 12,12 % possuíam pelo menos ensino superior de ciclo curto. Por outro lado, para o urbano esses valores foram de 33,87%, 44,73% e 21,40% de forma respectiva, denotando que, na zona rural, há um maior número de indivíduos com ao menos ensino fundamental, enquanto que na zona urbana a maioria possui ensino médio ou pós-secundário não superior.

Outras diferenças notáveis entre o meio rural e urbano podem ser observadas nas variáveis *Raça*, *Casado* e *Num_filhos*. Em geral na população rural há menor número de pessoas autodeclaradas brancas, em maioria são casadas e com maior número de filhos que na população urbana. Esses valores são de 28,03%, 48,38% e 2,32, contra 47,20%, 38,71 e 1,72.

Além disso, observou-se uma ligeira predominância de pessoas do sexo masculino na zona rural, representando 51,52%, em comparação com 49,89% na zona urbana. A média de idade também apresentou uma pequena superioridade, sendo de 45,46 anos na área rural para 43,73 anos na área urbana.

Quanto à distribuição geográfica, no meio rural, não houveram indivíduos da região Norte após o tratamento dos dados, a amostra distribuiu-se em 43,94% da região Nordeste, 6,82% da Centro-Oeste, 13,64% da Sul e 35,61% da Sudeste. Para os residentes do meio urbano, 5% pertenciam ao Norte, 20,86% ao Nordeste, 8,39% ao Centro-Oeste, 21,51% ao

Sul e 43,87% ao Sudeste. Desse modo denotando uma clara predominância de pessoas da região Nordeste na amostra rural e uma predominância de pessoas da região Sudeste na amostra urbana.

Tabela 3 - Características socioeconômicas dos indivíduos

Variáveis	Média Rural	Média Urbana
Educ fund	58,33%	33,87%
Educ med	29,55%	44,73%
Educ sup	12,12%	21,40%
Raça	28,03%	47,20%
Sexo	51,52%	49,89%
Idade	45,46	43,73
Casado	48,48%	38,71%
Num filhos	2,32	1,72
Regiões		
Norte	-	5,00%
Nordeste	43,94%	20,86%
Centro Oeste	6,82%	8,39%
Sul	13,64%	21,51%
Sudeste	35,61%	43,87%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

Já a análise descritiva das variáveis explicativas por mobilidade intergeracional do padrão de vida, de acordo com a Tabela 4, revela que, em relação ao nível educacional dos respondentes quanto a seus pais, a maioria dos indivíduos, tanto em áreas rurais quanto urbanas, têm um nível educacional superior. Em áreas rurais, 65% dos indivíduos que pioraram seu padrão de vida têm um nível educacional superior ao dos pais, proporção que aumenta para 69,23% entre aqueles que permaneceram no mesmo padrão de vida e 71,72% entre aqueles que melhoraram. No contexto urbano, essa tendência é ainda mais acentuada, com 64,12% dos que pioraram, 68,16% dos que permaneceram e 72,10% dos que melhoraram, apresentando um nível educacional superior ao dos pais.

Quanto ao nível educacional das mães, observa-se que 70% dos indivíduos rurais que pioraram suas condições de vida têm um nível educacional superior ao de suas mães, percentual que diminuiu ligeiramente entre os que permaneceram (69,23%) e os que melhoraram de vida (68,69%). Em áreas urbanas, essa tendência é inversa, havendo um aumento entre as categorias, com 61,83% dos que pioraram, 65,36% dos que permaneceram e 70,81% dos que melhoraram, possuindo um nível educacional superior ao de suas mães.

Esse padrão abordado indica que a proporção de indivíduos que superaram a educação do pai ou da mãe cresce em direção à categoria daqueles com melhor padrão de vida, exceto no que se refere a à educação intergeracional, correspondente ao caso materno na amostra rural.

No que diz respeito ao nível educacional dos próprios indivíduos, há diferenças notáveis entre os resultados para as áreas rurais e urbanas. No âmbito rural a maioria dos indivíduos que melhoraram o seu padrão de vida possui até o ensino fundamental (60,61%), enquanto uma menor proporção possui ensino médio ou pós-secundário não superior (27,27%) e os demais, pelo menos ensino superior (12,12%). Entre os que permaneceram, 46,15% possuem até o ensino fundamental, 38,46% ensino médio ou pós-secundário não superior e 15,38% pelo o menos o ensino superior. Já quanto aos que pioraram seu padrão, esses valores são de 55%, 35% e 10% na devida ordem.

Em contraste, em áreas urbanas a distribuição é mais equilibrada, com 45,32% dos que melhoraram seu padrão de vida possuindo ensino médio ou pós-secundário, 34,03% até o ensino fundamental e 20,65% o superior ou nível mais alto. Entre os que permaneceram e os que pioraram esses valores foram de 43,58% e 43,51% indivíduos que possuem ensino médio ou pós secundário, 31,28% e 36,64% até ensino fundamental e 25,14% e 19,85% o ensino superior ou grau mais elevado.

Ao que pode ser observado, no âmbito rural, o percentual de indivíduos com pelo menos ensino médio é superior entre aqueles com pior ou igual padrão de vida que os pais em comparação àqueles com melhor padrão de vida. Esse fato pode indicar um baixo retorno educacional em comparação com áreas urbanas, assim como verificado por Goetz e Rupasingha (2004) para os Estados Unidos e por Gao e Li (2022) para a China. Além disso pode indicar baixos requisitos educacionais no mercado de trabalho, fato que também influência primariamente nas diferenças dos retornos da educação Lamb, Glover e Walstab (2014).

Ademais, a análise das características socioeconômicas revela que há uma distribuição equilibrada da variável *Sexo*, tanto em áreas rurais quanto urbanas, com uma ligeira maioria de homens entre aqueles que pioraram de padrão, 55,00% para rural e 54,96% para urbano respectivamente. Adicionalmente, o número médio de filhos é maior entre os indivíduos rurais que permaneceram no mesmo padrão de vida que os pais (2,46) e entre os que melhoraram de vida (2,40). Enquanto em áreas urbanas, o número médio de filhos é relativamente menor entre as categorias e varia em torno de 1,65 (pioraram) a aproximadamente 1,80 (permaneceram).

Em relação à variável *Raça*, observa-se que a proporção de indivíduos que se declaram para brancos é relativamente estável entre as diferentes categorias de mobilidade intergeracional em ambas as áreas. Em áreas rurais, 25% dos que pioraram de vida, 30,77% dos que permaneceram e 28,28% dos que melhoraram de vida se identificam como brancos. Em áreas urbanas, esses percentuais foram superiores, estando em torno de 47,00% para todas as categorias de mobilidade de padrão de vida. Esse pode ser um indicativo de que a raça não tem desempenhado um papel relevante em explicar o padrão de vida intergeracional.

Referente a idade, a média é maior entre os indivíduos rurais que melhoraram de vida (46,12), em comparação aos que permaneceram (42,38) e pioraram (44,20). No contexto urbano, a idade média é semelhante entre as categorias, variando de 41,99 (pioraram) a 44,24 anos (permaneceram). Além disso, em termos de estado civil, a proporção de pessoas que são casadas é maior entre aqueles que melhoraram seu padrão de vida, para ambas as zonas, esses valores são de 52,53% na zona rural e 40,81% na urbana. Dessa forma, esse achado pode refletir a importância do suporte familiar e da estabilidade conjugal na mobilidade social em áreas rurais.

A análise regional mostra que a maioria dos respondentes, residentes em áreas rurais, são do Nordeste e Sudeste, independentemente da mobilidade intergeracional. Entre os que pioraram, 45,00% são do Nordeste e o mesmo percentual são do Sudeste. Já entre os que permaneceram, 46,15% estão no Nordeste e 38,46% no Sudeste. Entre os que melhoraram, 43,43% estão no Nordeste e 33,33% no Sudeste. Similarmente, em áreas urbanas, a maioria dos respondentes são do Sudeste, em torno de 51% para aqueles que pioraram ou permaneceram e 40,16% para os que melhoraram de vida. Ainda, a proporção de respondentes do Sul é significativa entre aqueles que melhoraram de vida (23,87%). Contudo, os percentuais observados não parecem denotar nenhuma tendência muito acentuada.

Tabela 4 – Variáveis explicativas por mobilidade intergeracional do padrão de vida

Variáveis	Padrão de vida			
	Rural	Piorou	Permaneceu	Melhorou
Pior nível educacional (pai)		0,00%	7,69%	3,03%
Mesmo nível educacional (pai)		35,00%	15,38%	25,25%
Melhor nível educacional (pai)		65,00%	69,23%	71,72%
Pior nível educacional (mãe)		0,00%	0,00%	3,03%
Mesmo nível educacional (mãe)		30,00%	30,77%	28,28%
Melhor nível educacional (mãe)		70,00%	69,23%	68,69%
Educ fund		55,00%	46,15%	60,61%
Educ med		35,00%	38,46%	27,27%

Educ sup	10,00%	15,38%	12,12%
Sexo	55,00%	46,15%	51,52%
Raça	25,00%	30,77%	28,28%
Idade	44,2	42,38	46,12
Casado	35,00%	38,46%	52,53%
Num filhos	1,8	2,46	2,4
Regiões			
Norte	0,00%	0,00%	0,00%
Nordeste	45,00%	46,15%	43,43%
Centro Oeste	10,00%	0,00%	7,07%
Sul	0,00%	15,38%	16,16%
Sudeste	45,00%	38,46%	33,33%
<hr/>			
Urbano			
Pior nível educacional (pai)	6,11%	3,35%	1,29%
Mesmo nível educacional (pai)	29,77%	28,49%	26,61%
Melhor nível educacional (pai)	64,12%	68,16%	72,10%
Pior nível educacional (mãe)	8,40%	3,35%	2,10%
Mesmo nível educacional (mãe)	29,77%	31,28%	27,10%
Melhor nível educacional (mãe)	61,83%	65,36%	70,81%
Educ fund	36,64%	31,28%	34,03%
Educ med	43,51%	43,58%	45,32%
Educ sup	19,85%	25,14%	20,65%
Sexo	54,96%	51,40%	48,39%
Raça	47,33%	47,49%	47,10%
Idade	41,99	44,24	43,95
Casado	30,53%	37,43%	40,81%
Num filhos	1,65	1,79	1,71
Regiões			
Norte	6,87%	3,91%	5,48%
Nordeste	19,85%	17,88%	21,94%
Centro Oeste	6,11%	9,50%	8,55%
Sul	16,03%	17,32%	23,87%
Sudeste	51,15%	51,40%	40,16%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

A seguir, a Tabela 5 fornece uma análise detalhada de como se distribui a mobilidade intergeracional do padrão de vida para cada categoria das variáveis explicativas. De início, em áreas rurais, entre os indivíduos com um nível educacional superior ao de seus pais, 13,98% tiveram um padrão de vida pior, 9,68% mantiveram o mesmo padrão de vida e 76,34% alcançaram um padrão de vida melhor. Para aqueles com o mesmo nível educacional que seus pais, 20,59% tiveram um padrão de vida pior, 5,88% mantiveram o mesmo padrão, e 73,53%

melhoraram. Por outro lado, entre aqueles com educação inferior à dos pais, 40% mantiveram o mesmo padrão de vida dos pais e 60% melhoraram. Esses dados indicam que, na maioria dos casos, para os residentes da zona rural, a mobilidade ascendente é predominante, mesmo entre aqueles com educação inferior à dos pais.

Com relação a educação materna, entre aqueles com um nível educacional superior ao da mãe, 15,38% tiveram um padrão de vida pior, 9,89% mantiveram o mesmo padrão, e 74,73% melhoraram. Para aqueles com o mesmo nível educacional da mãe, 15,79% pioraram, 10,53% mantiveram o mesmo padrão, e 73,68% melhoraram. Entre os que possuíam um nível educacional inferior ao da mãe, todos (100%) melhoraram o padrão de vida, isso representa uma mobilidade ascendente completa para esse grupo específico, embora é possível que isso se deva ao baixo número amostral desse grupo².

Nas áreas urbanas, entre os indivíduos com um nível educacional superior ao de seus pais, 12,86% tiveram um padrão de vida pior, 18,68% mantiveram o mesmo padrão e 68,45% melhoraram. Para aqueles com o mesmo nível educacional que seus pais, 15,29% pioraram, 20% mantiveram o mesmo padrão e 64,71% melhoraram. A situação foi mais crítica entre os que possuíam educação inferior à dos pais, com 36,36% piorando, 27,27% mantendo o mesmo padrão e apenas 36,36% melhorando.

Ao observar a educação materna nas áreas urbanas, entre os indivíduos com um nível educacional superior ao da mãe, 12,72% pioraram, 18,37% mantiveram e 68,92% melhoraram o padrão de vida. Para aqueles com o mesmo nível educacional da mãe, 14,83% pioraram, 21,29% mantiveram o mesmo padrão, e 63,88% melhoraram. E analogamente ao caso paterno, entre aqueles com educação inferior à da mãe, 36,67% pioraram, 20% mantiveram o mesmo padrão e 43,33% melhoraram.

Esses resultados evidenciam que em quase todos os casos a mobilidade absoluta ascendente do padrão de vida é maior entre aqueles com ao menos o mesmo nível educacional do pai ou da mãe. Contudo, essa observação se adequa melhor ao caso urbano que o rural.

Tabela 5 - Nível de padrão de vida por mobilidade intergeracional de ocupação e educação

Variáveis condicionais	Padrão de vida			
	Rural	Pior	Igual	Melhor
Melhor nível educacional (pai)		13,98%	9,68%	76,34%
Igual nível educacional (pai)		20,59%	5,88%	73,53%
Pior nível educacional (pai)		0,00%	40,00%	60,00%
Melhor nível educacional (mãe)		15,38%	9,89%	74,73%

² Embora 100% dos indivíduos com pior educação que a mãe tenham obtido um melhor padrão de vida, esse grupo contém apenas 3 observações na amostra rural.

Igual nível educacional (mãe)	15,79%	10,53%	73,68%
Pior nível educacional (mãe)	0,00%	0,00%	100,00%
<hr/>			
Urbano			
Melhor nível educacional (pai)	12,86%	18,68%	68,45%
Igual nível educacional (pai)	15,29%	20,00%	64,71%
Pior nível educacional (pai)	36,36%	27,27%	36,36%
Melhor nível educacional (mãe)	12,72%	18,37%	68,92%
Igual nível educacional (mãe)	14,83%	21,29%	63,88%
Pior nível educacional (mãe)	36,67%	20,00%	43,33%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

Portanto, os resultados apontam para uma melhoria generalizada do padrão de vida em relação à educação intergeracional, ou seja, mesmo para aqueles com pior nível educacional, ainda assim houve um elevado número de indivíduos que aumentaram seu padrão de vida. Esses resultados estão de acordo com o reportado por Kakwani e Neri (2018) acerca de uma melhora no bem-estar social no Brasil entre os anos de 2001 a 2012, além de uma melhora na mobilidade social em favor dos grupos mais desfavorecidos.

Conforme Guimarães *et al.* (2020), a desigualdade de renda é fortemente influenciada pelo nível educacional, com variações nos rendimentos refletindo as diferenças educacionais, desse modo, é possível que os diferentes padrões de vida intergeracional, possam ser explicados por meio da transmissão do *status* educacional.

4.2 Resultados do modelo econométrico

Nessa seção são apresentados os resultados do modelo econométrico, detalhados abaixo por meio de três tabelas. A Tabela 6 contém os resultados gerais, estimados para dois tipos de modelos e para as amostras rural e urbana. O Modelo 1 estima o impacto apenas das variáveis intergeracionais de educação no padrão de vida intergeracional, tanto para a educação do pai, quanto da mãe. Já o Modelo 2 inclui todas as variáveis de controle exibidas na Tabela 1. Por sua vez, a Tabela 7 apresenta os efeitos marginais do modelo escolhido (Modelo 2), e a Tabela 8 apresenta o MQO para verificação de robustez.

No que diz respeito aos modelos estimados na Tabela 6, constatou-se que as variáveis de educação intergeracional referente à mãe permaneceram estatisticamente significantes diante da adição das variáveis de controle (Modelo 2), tanto no rural quanto no urbano, assim como a educação intergeracional em relação ao pai apenas no caso urbano, isso em relação as categorias base de educação pior que a do pai ou mãe. Para as demais variáveis de controle, apenas o fato de residir na região Sul, em relação a categoria base (Sudeste), foi significante

para o padrão de vida na amostra rural, enquanto na amostra urbana, estar casado, residir na região Sul, Nordeste ou Centro-Oeste foram significativas.

A fim de avaliar a significância conjunta das variáveis para o Modelo 2 foi realizado um teste de Wald tanto para o ambiente rural, quanto para o urbano. A um nível de significância de 1% foi possível rejeitar a hipótese nula de que as variáveis independentes não contribuem significativamente para o modelo. Portanto, conclui-se que as variáveis explicativas têm um impacto relevante no padrão de vida intergeracional, justificando sua inclusão na análise.

Tabela 6 - Resultado da estimação do *Logit* ordenado

Variáveis	Rural		Urbano	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Educ_melhor_pai	0,6570	1,6639	0,9197*	0,8352 .
Educ_igual_pai	0,3659	0,9342	0,8941 *	0,8835 *
Educ_igual_mae	-21.0133 ***	-22,216 ***	0,7687 *	0,7505 *
Educ_melhor_mae	-21,0525 ***	-22,971 ***	0,9635 *	0,9769 *
Sexo		-0,3766		-0,2151
Educ_sup		0,3633		-0,2502
Educ_fund		0,2407		0,0388
Idade		-0,0009		0,0026
Raca		0,0367		-0,0970
Casado		0,6296		0,2615 .
Num_filhos		0,0649		-0,0505
Sul		1,8008 .		0,6277 **
Nordeste		0,1863		0,3478 .
Centro_Oeste		0,3850		0,4647 .
Norte				0,2480

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

Nota 1: *Signif. Codes:* '****' 0,001 '***' 0,01 '**' 0,05 '.' 0,1

Nota 2: Os resultados para as estatísticas qui-quadrado do teste de Wald foram de 70,981 e 35,843, e os p-valores foram de 2,2e-16 e 0,001863 para a amostra rural e urbana, na devida ordem.

Dada a significância da inclusão das variáveis de controle, seguiu-se a estimação dos efeitos marginais a partir do Modelo 2. A Tabela 7 detalha os efeitos marginais a partir desse modelo.

Para as *dummies* de educação referente ao pai, na zona rural, os efeitos marginais não foram estatisticamente significativos para o fato de superar ou manter o nível de educação do pai . Contudo, para a amostra urbana, possuir um nível educacional superior ao do pai gera uma diminuição de 11% na probabilidade de estar na categoria "pior", ou seja, possuir um padrão de vida inferior ao dos pais, uma diminuição de 8,2% na categoria "igual" e um

aumento de 19,1% na categoria "melhor". Esses resultados sugerem que, em áreas urbanas, alcançar um nível educacional superior ao do pai está associado a uma maior mobilidade ascendente.

Para aqueles com um nível educacional igual ao do pai, no contexto urbano, as probabilidades de estar nas categorias "pior" e "igual" são reduzidas em 8,9 e 9% respectivamente, e há um aumento de 17,9% na probabilidade de estar na categoria "melhor". Isso indica que, para os indivíduos residentes da zona urbana, mesmo possuindo uma educação igual à do pai há chance de ter uma mobilidade ascendente, embora com menos intensidade que uma educação superior.

Já para as *dummies* de educação referentes à mãe, os resultados da amostra rural indicam que ter o mesmo nível de educação materna aumenta a probabilidade de ter um pior padrão de vida em comparação a seus pais em 100%, diminui a probabilidade de obter um melhor padrão de vida em 100% e aumentam as chances de obter um igual padrão de vida em um valor próximo a zero. Por outro lado, quanto à amostra urbana, as probabilidades de estar nas categorias "pior" e "igual" reduzem em 7,7% cada uma, enquanto a probabilidade de estar na categoria "melhor" aumenta em 15,4% quando o indivíduo tem o mesmo nível de educação da mãe. Esses resultados destacam que, ao contrário do observado para o caso rural, há um efeito positivo para indivíduos que permanecem no nível educacional da mãe.

Por fim, ainda com respeito às variáveis intergeracionais de educação, o fato de ter uma educação superior à da mãe, no contexto rural, está associado a um aumento de 99,2% na probabilidade de estar na categoria "pior", um aumento de 0,4% na probabilidade de estar na categoria "igual" e uma diminuição de 99,6% na probabilidade de estar na categoria "melhor". Em contrapartida, em áreas urbanas, ter uma educação melhor que a mãe diminui a probabilidade de estar nas categorias "pior" e "igual" em 12,9% e 9,4%, na devida ordem, enquanto aumenta a probabilidade de estar na categoria "melhor" em 22,4%.

Em suma, enquanto no caso rural, ter o nível de educação pelo menos igual à mãe favorece as chances de um padrão de vida igual ou pior ao dos pais e reduz as chances de ter um melhor padrão de vida, no caso urbano, ter educação pelo menos igual ao pai ou mãe aumentam as chances de um melhor padrão de vida, e reduz as chances de obter um padrão de vida igual ou pior.

Contudo, esses efeitos negativos observados para o fato de manter ou superar o nível de educação da mãe no padrão de vida intergeracional podem estar correlacionados com o fato de que 100% das pessoas na amostra rural que possuíam nível educacional inferior à mãe atingiram um melhor padrão de vida. Além disso, a proporção de pessoas com educação

superior à materna decresceu entre as categorias de “pior” para “melhor” do padrão de vida intergeracional. Esses resultados observados na amostra podem decorrer de viés gerado pelo fato de a categorização de zona urbana e rural se referir ao tipo de zona onde o questionário foi aplicado.

Desse modo, o modelo não captura os movimentos migratórios rural-urbano ou regionais. Carvalho (2010) verifica que o aumento nos anos de estudo eleva as chances de o indivíduo migrar. Portanto, o aumento na educação dos filhos em relação aos pais pode estar associado a migração para zonas urbanas com melhores oportunidades de remuneração. A busca por melhores condições de vida e salários é apontada como principal fator para migração conforme observado por Zangiski e Porsse (2021, *apud* Bodvarsson e Van den Berg, 2013).

Ademais, no caso urbano, o fato de estar casado diminui as chances de estar na categoria "pior" em 3% e a probabilidade de estar na categoria "igual" em 2,7%, enquanto aumenta a probabilidade de estar na categoria "melhor" em 5,7%, o que pode ser explicado pela estabilidade conjugal, como observado nas estatísticas descritivas.

Quanto às *dummies* para região, observa-se que residir na região Sul está associado a uma redução de 9,1% na probabilidade de estar na categoria "pior" e de 6,3% na probabilidade de estar na categoria "igual", enquanto aumenta a probabilidade de estar na categoria "melhor" em 15,4%, no contexto rural. Em áreas urbanas, residir no Sul diminuem as probabilidades de estar nas categorias "pior" e "igual" em 6,4% e 6,5%, respectivamente, e aumenta a probabilidade de estar na categoria "melhor" em 12,8%.

Similarmente, as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentam efeitos significativos no âmbito urbano, embora com magnitude inferior a *dummy Sul*. Para o caso de residir no Nordeste, diminui a probabilidade de estar na categoria "pior" em 3,7% e na categoria "igual" em 3,6%, enquanto aumenta a probabilidade de estar na categoria "melhor" em 7,4%. Já para o Centro-Oeste, a probabilidade de estar na categoria "pior" diminui em 4,7% e na categoria "igual" em 4,8%, ao passo que a probabilidade de estar na categoria "melhor" aumenta em 9,5%. Esses achados indicam que ambas as regiões têm um impacto positivo e significativo na melhoria do padrão de vida em comparação com a região Sudeste. Essas influências regionais observadas também estão de acordo com os achados de Britto *et al.* (2022) de que há disparidades regionais na mobilidade, explicadas principalmente pela qualidade da educação, seguido da estrutura familiar e fatores demográficos, segundo o autor.

Ademais, assim como Becker *et al.* (2018) aponta que a transmissão intergeracional de rendimentos está diretamente ligada à transmissão do capital humano e Cruz (2019), Liao

(2019) e Guimarães *et al.* (2020) concordam que parte importante da transmissão de renda está correlacionada a educação. De mesmo modo, a educação intergeracional também parece estar relacionada a transmissão do padrão de vida.

Tabela 7 - Efeitos marginais a partir do modelo completo

Variáveis	Pior	Igual	Melhor
Rural			
Educ melhor pai	-0.1830	-0.0900	0.2730
Educ igual pai	-0,0640	-0,0420	0,1060
Educ igual mae	1,0000***	0,0000**	-1,0000***
Educ melhor mae	0,9920***	0,0040*	-0,9960***
Sexo	0,0300	0,0190	-0,0500
Educ sup	-0,0260	-0,0170	0,0440
Educ fund	-0,0200	-0,0120	0,0320
Idade	0,0000	0,0000	0,0000
Raca	-0,0030	-0,0020	0,0050
Casado	-0,0510	-0,0320	0,0830
Num filhos	-0,0050	-0,0030	0,0090
Sul	-0,0910**	-0,0630*	0,1540**
Nordeste	-0,0150	-0,0090	0,0240
Centro Oeste	-0,0270	-0,0180	0,0450
Urbano			
Educ melhor pai	-0,1100.	-0,0820*	0,1910.
Educ igual pai	-0,0890*	-0,0900*	0,1790*
Educ igual mae	-0,0770*	-0,0770*	0,1540*
Educ melhor mae	-0,1290*	-0,0940**	0,2240*
Sexo	0,0250	0,0220	-0,0470
Educ sup	0,0300	0,0260	-0,0560
Educ fund	-0,0040	-0,0040	0,0090
Idade	0,0000	0,0000	0,0010
Raca	0,0110	0,0100	-0,0210
Casado	-0,0300.	-0,0270.	0,0570.
Num filhos	0,0060	0,0050	-0,0110
Sul	-0,0640***	-0,0650***	0,1280***
Nordeste	-0,0370*	-0,0360.	0,0740.
Centro Oeste	-0,0470*	-0,0480.	0,0950.
Norte	-0,0260	-0,0260	0,0520

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

Notas: Signif. Codes: '***' 0,001 '**' 0,01 '*' 0,05 '.' 0,1

A Tabela 8 apresenta as estimativas para verificar a robustez, avaliando a sensibilidade

dos resultados ao tipo de modelo. Desse modo, os resultados gerais foram estimados por mínimos quadrados ordinários robustos. Diante disso, os resultados anteriores mostraram-se robustos à alteração no tipo de modelo. Em geral, as variáveis mantiveram sua significância em relação aos resultados da Tabela 6, exceto pela *dummy Nordeste*, que não mostrou significância.

Tabela 8 - Estimação do modelo por Mínimos Quadrados Ordinários Robusto

Variáveis	Rural		Urbano	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
(Intercept)	3,0038***	2,8555***	1,81088***	1,7814***
Educ_melhor_pai	0,1218	0,3493	0,36622*	0,3362.
Educ_igual_pai	-0,0064	0,1050	0,35812*	0,3499.
Educ_igual_mae	-0,4853***	-0,6005**	0,3254	0,3068.
Educ_melhor_mae	-0,5124**	-0,8276**	0,39183*	0,3762*
Sexo		-0,1029		-0,0704
Educ_sup		0,1531		-0,0715
Educ_fund		0,0814		0,0021
Idade		-0,0008		0,0011
Raca		-0,0095		-0,0369
Casado		0,1710		0,0946*
Num_filhos		0,0282		-0,0173
Sul		0,4657**		0,1945**
Nordeste		0,0531		0,1073
Centro_Oeste		0,0721		0,1673.
Norte				0,0586

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *World Values Survey* (2018).

Notas: *Signif. Codes:* ‘***’ 0,001 ‘**’ 0,01 ‘*’ 0,05 ‘.’ 0,1.

Em suma, os efeitos das variáveis intergeracionais foram significativos, porém controversos no caso rural, onde superar ou manter o nível educacional da mãe corroborou para padrões de vida piores ou iguais ao dos pais, enquanto no caso urbano tiveram o efeito inverso. Apesar de que, esses resultados para o meio rural parecem decorrer de um possível viés na amostra. Além disso, residir na região Sul apresentou impactos positivos significativos na melhoria do padrão de vida em cada uma das zonas. Enquanto restritamente ao contexto urbano, as *dummies* Nordeste e Centro-Oeste também foram significativas e positivas em relação ao padrão de vida. Adicionalmente, a *dummy Casado* também mostrou impacto relevante nas chances de uma melhor qualidade de vida. Esses resultados destacam a importância da educação, do estado civil e das influências regionais na mobilidade intergeracional do padrão de vida.

Convém ainda mencionar que, embora no Brasil a educação urbana enfrente

problemas de qualidade, a situação no meio rural é ainda mais preocupante, com uma taxa de analfabetismo cerca de três vezes maior que no urbano, e as regiões Norte e Nordeste estão especialmente em desvantagem quando comparadas com a infraestrutura educacional do Centro-Sul (Pereira e Castro, 2021). Ainda, segundo Marzulo, Herck e Fillipe (2020), no Brasil o acesso a serviços essenciais, como saneamento, água, energia, saúde e educação, está concentrado principalmente em médias e grandes cidades, o que intensifica as desigualdades socioeconômicas e limita o desenvolvimento das regiões rurais e mais isoladas. Ademais, evidências apontam para uma mobilidade tanto educacional quanto de renda inferior nas regiões rurais, conforme explorado em Paschoal (2008) e Yan e Deng (2021), o que pode sugerir alguma relação entre as desvantagens observadas no meio rural e a baixa mobilidade intergeracional.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi analisar a mobilidade intergeracional do padrão de vida e da educação através de um modelo *Logit* ordenado, discriminado para as áreas rural e urbano do Brasil, a partir de dados da WVS para o ano de 2018.

Preliminarmente, constatou-se que a mobilidade absoluta ascendente do padrão de vida foi superior nas zonas rurais, onde 75,00% dos indivíduos alcançaram um patamar superior de padrão de vida em relação a seus pais, em comparação com 66,67% no meio urbano. Adicionalmente, os resultados para a mobilidade intergeracional de educação foram semelhantes em ambas as regiões, estando por volta de 70,00% para aqueles que superaram o nível educacional do pai e por volta de 68,00% para aqueles que superaram o nível educacional da mãe.

Além disso, a maior parte dos indivíduos da amostra rural parece ter alcançado um melhor padrão de vida mesmo quando desagregado entre as categorias de educação intergeracional materna e paterna (pior nível educacional, mesmo nível educacional, melhor nível educacional). Mas esse percentual de pessoas com padrão de vida superior é especialmente maior quando o filho ao menos mantém o nível educacional do pai.

Para os indivíduos da amostra urbana, a mobilidade ascendente do padrão de vida foi predominante entre aqueles com pelo menos o nível educacional paterno ou materno, atingindo mais de 60,00% para os dois casos. Enquanto entre aqueles com pior nível educacional, apenas 36,36%, e 43,33% obtiveram um melhor padrão de vida, com relação à educação materna e paterna, na devida ordem.

Dentre as variáveis explicativas utilizadas, apenas *Igual nível educacional (mãe)*, *Melhor nível educacional(mãe)* e *Sul* foram significantes para explicar o padrão de vida e educação intergeracional no modelo estimado para a amostra rural. Por outro lado, *Igual nível educacional (pai)*, *Melhor nível educacional (pai)*, *Igual nível educacional (mãe)*, *Melhor nível educacional(mãe)*, *Casado*, *Sul*, *Nordeste* e *Centro_Oeste* se mostraram significantes para a amostra urbana.

Na zona urbana, superar o nível educacional do pai aumenta as chances de um melhor padrão de vida em 19,10%, reduz as chances de um pior e mesmo padrão de vida em 11,00% e 8,20%, respectivamente. Já manter o nível educacional paterno aumenta as chances de um melhor padrão em 17,09% e reduz as chances de pior ou igual padrão de vida em 8,09 e 9,00% na devida ordem.

Ainda no meio urbano, superar o nível educacional materno aumenta as chances de

atingir um melhor padrão de vida em 22,40%, além de reduzir em 12,90 e 9,40% as probabilidades de manter ou piorar o padrão de vida, respectivamente. Enquanto manter o nível educacional da mãe gera um acréscimo de 15,40% nas chances de obter um padrão de vida superior, e reduz as demais probabilidades em 7,70 cada.

Novamente, na zona urbana, indivíduos casados tendem a ter maiores chances de melhorar o padrão de vida em comparação aos pais, e o mesmo ocorre para as regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste em relação ao Sudeste. Já na zona rural, a educação materna apresentou efeitos contraditórios: tanto para manter quanto superar o nível educacional da mãe, observou-se um aumento nas chances de ter o mesmo ou pior padrão de vida, e uma diminuição nas chances de melhoria.

Contudo é possível que esses últimos resultados sejam consequência de uma amostra pequena para a zona rural e em especial para o grupo de pessoas com educação menor que a da mãe, além de um padrão decrescente na proporção de pessoas ao longo das categorias de padrão de vida. Além disso, uma limitação a ser destacada diz respeito a categorização do indivíduo como rural ou urbano, visto que não diz respeito ao lugar de origem, mas sim ao local do momento da entrevista, portanto não considera os movimentos migratórios.

Adicionalmente, para o caso das zonas rurais permanece um cenário de desvantagens socioeconômicas em relação ao meio urbano, com menor acesso a educação e serviços básicos, ao mesmo tempo em que se registram menores índices de mobilidade intergeracional da educação e renda (relativa) quando comparado ao contexto rural.

Sugere-se, portanto, que os institutos de pesquisa como IBGE deem suporte incluindo em futuras pesquisas, dados intergeracionais para a migração urbano-rural e regional em seus questionários, de modo que futuros trabalhos possam considerar a zona de origem dos indivíduos e também identifiquem qual o efeito da migração no padrão de vida e educação intergeracional a fim de entender melhor como se desenham os efeitos de políticas educacionais no âmbito rural e como esses afetam a mobilidade intergeracional no Brasil.

A fim de promover maior mobilidade ascendente no meio rural, recomenda-se que haja a ampliação dos investimentos em educação, focando tanto no acesso quanto na qualidade, aliado à promoção de empregos capazes de traduzir adequadamente melhores níveis de educação em maior renda e padrão de vida para o rural.

REFERÊNCIAS

- AGRESTI, A. **An introduction to categorical data analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2002.
- AIYAR, S.; EBEKE, C. Inequality of opportunity, inequality of income and economic growth. **World Development**, v. 136, p. 105-115, 2020.
- ALONSO-CARRERA, J.; CABALLÉ, J.; RAURICH, X. Intergenerational mobility in education and occupation. **Macroeconomic Dynamics**, v. 24, n. 2, p. 291-326, 2020.
- ANDRADE, F. S.; CRUZ, M. S. Análise de Mobilidade Intergeracional no Brasil: perspectivas a partir das rendas dos pais e mães. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 51., 2023, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < https://www.anpec.org.br/encontro/2023/submissao/files_I/i12-01330e99d0545a17a4d9f4f7b5d4ad7a.pdf > Acesso em 20 nov. 2023.
- ARAÚJO, A. F. V.; JÚNIOR, J. L. S. N.; SIQUEIRA, L. B. O. Mobilidade Intergeracional Educacional no Brasil: Uma Análise Comparativa dos Anos de 1996 e 2014. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 16, n. 1, p. 91–112, 2023.
- ARAÚJO, A. F. V. de; NETTO JÚNIOR, J. L. S.; SILVA, K. de L. S. da. Mobilidade intergeracional de educação e ocupação e desigualdade de renda no Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, p. 515–537, 2024. DOI: 10.24302/drd.v14.5154. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5154>. Acesso em: 11 set. 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **As condições da educação básica nas zonas rurais do Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.anpae.org.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- AZOMAHOU, T. T.; YITBAREK, E. Intergenerational mobility in education: Is Africa different? **Contemporary Economic Policy**, v. 39, n. 3, p. 503-523, 2021.
- BECKER, G. S.; TOMES, N. An Equilibrium Theory of the Distribution of Income and Intergenerational Mobility. **The University of Chicago Press**, v. 87, n. 6, p. 1153-1189, 1979.
- BECKER, G. S.; KOMINERS, S. D.; MURPHY, K. M.; SPENKUCH, J. L. A theory of intergenerational mobility. **Journal of Political Economy**, v. 126, n. S1, p. S7-S25, 2018.
- CARVALHO, H. E. F. **Migração, uma análise probit pra o Brasil**. Dissertação submetida à Universidade Católica de Brasília, Brasília, Brasil, 2010.
- CHOI, S.; CHUNG, I.; BREEN, R. How Marriage Matters for the Intergenerational Mobility of Family Income: Heterogeneity by Gender, Life Course, and Birth Cohort. **American Sociological Review**, v. 85, n. 3, p. 353-380, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0003122420917591>. Acesso em 18 de ago. 2024.
- CRUZ, G. F. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil: uma análise da evolução nos

últimos 20 anos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 47., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_I/i13-4992633d989fd7cd5f7f6f5ad673b451.pdf>. Acesso em 18 out. 2023.

DORUK, O. T.; PASTORE, F.; YAVUZ, H. B. Intergenerational Occupational Mobility in Latin American Economies: An Empirical Approach. **Economic Systems**, p. 101-154, 2020.

GAO, X.; LI, M. Differences between returns to education in Urban and rural China and its evolution from 1989 to 2019. **Plos one**, v. 17, n. 10, p. 274-506, 2022.

GARCIAS, M. O.; KASSOUF, A. L. Intergenerational mobility in education and occupation and the effect of schooling on youth's earnings in Brazil. **Economia**, v. 22, n. 2, p. 100-113, 2021.

GAYLE, G. L.; GOLAN, L.; SOYTAS, M. A. Intergenerational Mobility and the Effects of Parental Education, Time Investment, and Income on Children's Educational Attainment. **Review**, v. 100, n. 3, p. 281-295, 2018.

GOMES, M. R. **Transmissões intergeracionais das ocupações e da educação: da "armadilha da pobreza" ao "ciclo virtuoso da riqueza"**. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 116. 2021.

GOETZ, S. J.; RUPASINGHA, A. The returns to education in rural areas. **Review of Regional Studies**, v. 34, n. 3, p. 245-259, 2004.

GUIMARÃES, D. B.; ARRAES, R. A.; COSTA, E. M. Efeitos do background familiar sobre os rendimentos via mediação da educação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 99-125, abr. 2020.

BRITTO, D. G. C.; FONSECA, A.; PINOTTI, P.; SAMPAIO, B.; WARWAR, L. Intergenerational Mobility in the Land of Inequality. **CESifo Working Paper No. 10004**, 2022.

ESPENSHADE, T. J.; KAMENSKE, G.; TURCHI, B. A. Family Size and Economic Welfare. **Family planning perspectives**, v. 15, n. 6, p. 289-294, 1983.

HAERPFER, C.; INGLEHART, R.; MORENO, A.; WELZEL, C.; KIZILOVA, K.; DIEZ-MEDRANO, J.; LAGOS, M.; NORRIS, P.; PONARIN, E.; PURANEN, B. **World Values Survey: Round Seven – Country-Pooled Datafile Version 6.0**. Madrid: JD Systems Institute; Vienna: WVSA Secretariat, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14281/18241.24>.

HEATH, A.; ZHAO, Y.; UNU-WIDER. Occupational mobility in developing countries: Conceptual issues and empirical findings. 96. ed. **UNU-WIDER**, 2019. (WIDER Working Paper). v. 2019

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IMDS; OPPEN SOCIAL. **Mobilidade Social no Brasil: Uma análise da primeira geração de beneficiários do Programa Bolsa Família**, 2. ed. Rio de Janeiro, 2023.

KAKWANI, N.; NERI, M. C.; VAZ, F. M. **The Gini Coefficient, Inclusive Growth and**

Income Policies: The Brazilian Experience. FGV Social. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/gini-coefficient-inclusive-growth-and-income-policies-brazilian-experience>>

LAMB, S.; GLOVER, S.; WALSTAB, A. **Educational disadvantage in regional and rural schools.** 2014.

LEITE, A. R.; JUSTO, W. R. Persistência e Dinâmica da Mobilidade Intergeracional de Renda e Educação no estado do Ceará. **Redes**, v. 25, n. 1, p. 381–399, 2020.

LIAO, Y. Does Education Improve Intergenerational Income Mobility? **Open Journal of Social Sciences**, v. 7, n. 5, p. 86-98, 2019.

MAHLMEISTER, R.; FERREIRA, S. G.; VELOSO, F.; MENEZES-FILHO, F.; KOMATSU, B. K. Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 73, n. 2, 2019.

MARQUES, G. de A. **Mobilidade intergeracional de ocupação, educação e padrão de vida no Brasil.** 2024. 47 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2024.

MARZULO, E. P.; HECK, M. A.; FILIPPI, E. E. Desigualdades socioeconômicas no Brasil: dinâmicas territoriais no urbano e no rural. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 10, p. 1377–1402, 2020. DOI: 10.24302/drd.v10i0.3191. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3191>. Acesso em: 11 set. 2024.

NEIDHÖFER, G.; CIASCHI, M.; GASPARINI, L.; SERRANO, J. Social mobility and economic development. **Journal of Economic Growth**, v. 29, n. 2, p. 327-359, 2024.

NYBOM, M. Intergenerational mobility: A dream deferred. **ILO future of work research paper series**, v. 7, 2018.

OECD. **OECD Economic Surveys: Brazil 2023.** Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/a2d6acac-en>. Acesso em 22 de ago 2024

OLIVEIRA, C.; HOFFMANN, R. Mobilidade sócio-ocupacional no Brasil: novo procedimento para delimitação dos estratos ocupacionais e análise dos dados da PNAD de 2014. **Sociologias**, v. 23, p. 208-238, 2021.

OLOOMI, S. **Parental Education and Skill Indicators of Children: An Intergenerational Mobility Study.** Washington, DC, 2020.

PACHECO, M. D.; PEREIRA JÚNIOR, E. A.; OLIVEIRA, D. A. **Infraestrutura das escolas rurais de Educação Básica: desigualdades em relação ao meio urbano.** *Nodos y Nudos*, v. 6, n. 45, p. 13-26, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17227/nyn.vol6.num45-9617>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PASTORE, J.; SILVA, N. V. **Mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2000.

PASCHOAL, I. P. **Mobilidade intergeracional de educação no Brasil**. 2008. 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. **Educação no meio rural**: diferenciais entre o rural e o urbano. Texto para Discussão, n. 2632, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/td2632>. Acesso em 07 de set. 2024.

RAMOS, A. R.; SILVA, C. C.; LIMA, M. J. S. Desafios da educação nas zonas rurais: Infraestrutura e desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Educação Rural**, v. 32, n. 3, p. 123-145, 2019.

RIBEIRO, C. A. C. Mudanças nas famílias dos jovens e tendências da mobilidade social de brancos e negros no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 39, n. 2, p. 257–279, 2020.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F. **Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. 9, p. e00213816, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00213816>. Acesso em: 26 nov. 2024.

VAN DER WEIDE, R.; LAKNER, C.; MAHLER, D. G.; NARAYAN, A.; RAMASUBBAIAH, R. Intergenerational Mobility Around the World. **SSRN Electronic Journal**, 2021.

YAN, W.; DENG, X. Intergenerational income mobility and transmission channels in a transition economy: Evidence from China. **Economics of Transition and Institutional Change**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ecot.12278>. Acesso em: 04 de set. 2024.

ZANGISKI, G. H.; PORSSE, A. A. Análise da Dinâmica Populacional por Nível de Instrução no Brasil. **Revista de Economia**, v. 42, n. 79, p. 648-669, 2021.

ZHUO, N.; YE, C.; JI, C. Human capital matters: intergenerational occupational mobility in rural China. **Applied Economics**, v. 55, n. 1, p. 1-19, 2023.